

## O PNB é pior que o PIB

ROBERTO MACEDO

*O Estado de São Paulo*, Quinta-feira, 18 de março de 2004, Espaço Aberto, p. A2

Quatro décadas atrás, o mais difundido indicador da produção ou renda de um país era seu produto nacional bruto (PNB) anual. Depois, virou moda o produto interno bruto (PIB). Conforme argumentarei em seguida, o PNB precisa recuperar a atenção que recebia no passado.

Como o I do PIB indica, este mede a produção de bens e serviços realizada internamente a um país, ou seja, dentro das suas fronteiras geográficas, mesmo se realizada por fatores de produção de outras nacionalidades, como o capital estrangeiro nele atuante ou trabalhadores que nele aportaram, mas sem assumir a cidadania local. Como há interesse em saber quanto esses fatores de produção remetem de rendimentos para seus países de origem, chega-se à chamada "renda de fatores estrangeiros". Deduzindo esta dos valores que entram no país a mesmo título, ou seja, provenientes do trabalho e do capital dos seus cidadãos que atuam no exterior, chega-se à renda líquida de fatores estrangeiros (RLFE).

Esta será positiva se os ingressos de rendimentos desse tipo forem superiores às saídas, ou negativa, caso contrário. No Brasil, é negativa, pois há muito mais capitais estrangeiros aqui do que capitais brasileiros operando lá fora. É certo que o Brasil é hoje um país fornecedor de imigrantes, mas o rendimento que enviam está longe de compensar o fluxo negativo dos rendimentos de capitais.

Como o N do PNB está a indicar, este mede a produção nacional, entendida como tal a dos seus fatores de produção, independentemente do país em que atuem. Para se chegar ao PNB, toma-se o PIB mais a RLFE. Como no Brasil esta é negativa, o PNB é menor que o PIB.

Distinguir uma coisa da outra não é importante quando a RLFE tem magnitude reduzida e não varia muito. Entretanto, este não é mais o caso do Brasil, pois como proporção do PIB a RLFE dobrou entre meados da última década e o início desta. Mais precisamente, alcançou 3,9% em 2002, o último dado disponível. A porcentagem pode parecer pequena, mas se refere a um valor econômico de grande magnitude, o PIB. Assim, tomando o valor deste no mesmo ano, nele a RLFE alcançou a expressiva soma de R\$ 52 bilhões.

Como porcentagem do PIB, essa RLFE foi a maior desde 1988. Recorde-se que no início da década que inclui esse ano houve a chamada "crise da dívida externa", na qual o Brasil ingressou por conta do alto endividamento que vinha praticando desde a crise do petróleo ocorrida em 1973, quando os países exportadores desse produto se organizaram e passaram a impor preços bem mais altos ao mercado. O dinheiro que assim acumularam gerou uma oferta de recursos para empréstimos, os "petrodólares", à qual o Brasil recorreu com intensidade. O que precipitou a crise foi a política de juros altos praticada nos EUA a partir do final da década de 1970, pois contaminaram as taxas internacionais e a dívida brasileira. Esse pagamento de juros elevou a RLFE a taxas entre 5% e 6% do PIB de 1982 a 1985.

Ainda como registro histórico vale lembrar que por muitos anos a RLFE ficara abaixo de 1% do PIB, com essa estabilidade e valor explicando então o desinteresse pelo PNB. Assim, nos dados que consultei, com início em 1956, ela permaneceu dessa

forma até 1975, quando pela primeira vez ultrapassou a barreira do 1% por causa do citado endividamento em "petrodólares".

Passada a "crise da dívida externa", a RLFE se acomodou em torno de 2% do PIB até meados da década passada, quando deu o novo salto para o qual estamos chamando a atenção. A razão agora é outra, ou seja, a forte elevação da remessa de lucros e dividendos na esteira dos investimentos estrangeiros que aportaram no País para participar do processo de privatização, em setores como os de telecomunicações, de eletricidade e o bancário.

Com isso estamos diante de um efeito mais permanente a ampliar a RLFE, pois esses investimentos fíncaram raízes no País, e não se trata mais de um endividamento financeiro que passou pela contingência de juros elevados que acabaram cedendo. Na forma de investimentos diretos, o capital estrangeiro busca remuneração, e esta vem sendo alcançada e remetida para seus acionistas no exterior. Por sua vez, o quadro da economia e da política não estimula reinvestir os lucros, o que é mais uma complicação.

As implicações desse distanciamento entre o PIB e o PNB são muitas. Como exemplo recorrente, há a que diz respeito às já triviais notícias de queda dos rendimentos reais dos trabalhadores. Uma das razões é o vazamento de sua renda para pagar maiores tarifas de serviços públicos e bancários, parte das quais se torna renda enviada ao exterior. Quanto à estimativa de queda de 0,2% no PIB do ano passado, notícia que recentemente recebeu grande destaque, será interessante ver o que aconteceu com o PNB quando seus dados vierem à luz. Sua queda poderá ter sido até maior se as empresas estrangeiras tiverem optado por outro espetáculo de crescimento, o de suas remessas ao exterior.

Como implicação-síntese, a evolução do PNB dos últimos anos revela um quadro mais grave que o mostrado pelo PIB. Assim, conforme calculei, o PIB total cresceu 13,6% entre 1996 e 2002, enquanto o PNB cresceu bem menos, 9,24%, chegando a cair em 1999 e 2001. Quando recentemente se noticiou a queda do PIB do ano passado, circulou também a informação de que a última queda havia ocorrido bem lá trás, em 1992. Ora, esses tombos mais recentes do PNB foram ofuscados pela ênfase equivocadamente concentrada só no PIB.

Indiretamente, esse comportamento ainda pior do PNB ressalta ainda mais a vulnerabilidade do País na sua exposição externa. A privatização ampliou o passivo nacional, pois os capitais que aqui aportaram para participar dela equivalem a uma dívida externa que precisa ser remunerada. Nessa linha, o olhar dirigido ao PNB destaca também a importância que deve ser dada ao crescimento das exportações, para garantir recursos para essa remuneração.

Fica também ressaltada a importância de criar um clima que estimule o capital estrangeiro a reinvestir seus lucros no País, reduzindo a parcela enviada ao exterior.

Assim, olhando o PNB se percebe que o trabalho à frente é ainda maior que o exigido pelo fraco desempenho do PIB. É fundamental, portanto, que aquele indicador alcance posição de maior relevo no noticiário e na agenda das preocupações do País, pois reflete melhor que o PIB os problemas da economia brasileira contemporânea.

**Roberto Macedo, economista (USP), com doutorado pela Universidade Harvard (EUA), é pesquisador da Fipe-USP e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie E-mail: roberto@macedo.com**